

## EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM CENA E AS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS

CHILDHOOD EDUCATION IN PANDEMIC TIMES: DISTANCE EDUCATION IN SCENE AND THE POSSIBILITIES OF USING TECHNOLOGICAL RESOURCES

OLIVEIRA, Raiza Fernandes Bessa de; SOMMERHALDER, Aline.<sup>1</sup>

### Grupo Temático 4 Subgrupo 4.1

#### Resumo:

As últimas décadas marcam a construção de uma educação infantil comprometida com as crianças pequenas e com a singularidade da infância, esse movimento tem possibilitado reflexão e promoção da melhoria do atendimento aos bebês e crianças pequenas. Recentemente, o mundo tem passado por intensas transformações, devido à disseminação do novo coronavírus, que exigiu o isolamento social e o fechamento das escolas. Diante desse novo contexto, muito se tem visto e discutido a respeito da educação infantil, tornando-se comum, e preocupante, a adoção de práticas escolarizantes, instrucionistas e preparatórias – e muitas vezes, excludentes – por meio de propostas de educação a distância, práticas estas que desconsideram tanto os modos de ser e aprender das crianças como o trabalho que vinha sendo desenvolvido nas instituições de educação infantil. Assim, este estudo caracteriza-se como um relato de experiência, que objetivou descrever e discutir a educação infantil no contexto atual e no âmbito de um programa criado por uma Secretaria Municipal de Educação, de uma cidade do noroeste do Estado de São Paulo, evidenciando alguns limites e possibilidades desse trabalho. Em um momento tão inédito e complexo, os recursos tecnológicos e digitais não precisam ser desconsiderados, ao contrário, podem se configurar como ferramentas potentes de apoio, comunicação, diálogo, parceria e estreitamento de vínculos entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo de educação e cuidado da infância. Além disso, os acontecimentos recentes reforçam a necessidade de que os educadores e pesquisadores que têm como foco as crianças de 0 a 5 anos se mantenham atentos e reflexivos ao que é, muitas vezes, imposto, tendo clareza de quão suscetível a retrocessos a educação da primeira infância ainda se encontra.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Educação da primeira infância; Creche; Educação a distância.

#### Abstract:

The last few decades have marked a recent history of early childhood education committed to young children and a singularity of childhood, this movement has enabled reflection and promotion of improved care for babies and young children. Recently, the world has undergone intense transformations due to the spread of the new coronavirus, which required social isolation and the closure of schools. In this new context, much has been seen and discussed about early childhood education, making it common, and

<sup>1</sup> UFSCar; UFSCar.

worrying, to adopt schooling, instructional and preparatory practices – and often excluding – through distance education proposals, practices that disregard both the modes children learn and behave, and the work that was being developed in early childhood education institutions. thus, this study is characterized as an experience report, which aimed to describe and discuss early childhood education in the current context and within the scope of a program created by a Municipal Department of Education, in a city in the northwest of the State of São Paulo, evidencing some limits and possibilities of this work. In such an unprecedented and complex moment, technological and digital resources do not need to be ignored, on the contrary, they can be configured as powerful tools of support, communication, dialogue, partnership and closer links among different subjects involved in the process of education and care from childhood. In addition, recent events reinforce the need for educators and researchers that focus on children aged 0 to 5 years to remain attentive and reflective of what is often imposed, being clear about how susceptible to setbacks the education of the first childhood still lies.

**Keywords:** Child education; Early childhood education; Nursery; Distance education.

## 1. Introdução

O atendimento educacional à infância, como hoje se tem, é historicamente recente, sendo que nos últimos 40 anos, a educação infantil tem passado por intenso processo de reconstrução, no intuito de consolidar-se como primeira e importante etapa da educação básica brasileira, voltada às necessidades e especificidades das crianças de 0 a 5 anos.

No Brasil, assim como em outros países, a necessidade do atendimento às crianças nessa faixa etária tornou-se evidente conforme as mulheres adentraram no mercado de trabalho, o que alterou a estrutura da sociedade e a dinâmica familiar, e conseqüentemente, as formas de cuidar e educar as crianças pequenas. A não participação do Estado fez com que a educação infantil – principalmente o segmento creche (0 a 3 anos) – se expandisse fora dos sistemas educacionais formais, sendo em boa parte guiada por instituições filantrópicas e/ou religiosas.

Ao final da década de 70, impulsionada por movimentos sociais, essencialmente o movimento feminista, a educação das crianças de 0 a 5 anos passa a ser vista e defendida como um direito de todas as mães trabalhadoras, o que culminou em sua ampliação, uma vez que “o atendimento educacional de crianças em creches a partir do seu nascimento passa a ganhar uma legitimidade social para além da sua destinação exclusiva aos filhos dos pobres” (KUHLMANN JR., 2000, p. 11).

Apenas com Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) as crianças pequenas passam a ser assumidas como sujeitos de direitos. Com base nessa premissa, a discussão sobre os espaços de cuidado e educação a elas destinados, que de fato atendessem às especificidades da infância, ganharam espaço no cenário educacional. O objetivo desde então, tem sido afastar-se tanto da ideia assistencialista de educação, como da concepção de uma educação infantil escrava dos demais níveis educacionais, propedêutica e escolarizante.

A década de 90 e os anos que se seguiram marcaram avanços na legislação e nos referenciais para educação infantil, uma vez que “diferentes setores da sociedade, como

organizações não-governamentais, pesquisadores na área da infância, comunidade acadêmica, população civil e outros, uniram forças com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre o direito da criança a uma educação de qualidade desde o nascimento” (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 85). Tendo passado por tendências assistencialistas, compensatórias e preparatórias, a educação infantil atual se configura como fruto dessa construção social e histórica (GUIMARÃES, 2017).

As conquistas no âmbito legal, das quais destacam-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1999), bem como avanços na pesquisa e desenvolvimento científico, trouxeram à tona a relevância de diferentes aspectos que compõem a educação das crianças pequenas nas instituições infantis.

A partir desse novo ordenamento legal, creches e pré-escolas passaram a construir nova identidade na busca de superação de posições antagônicas e fragmentadas, sejam elas assistencialistas ou pautadas em uma perspectiva preparatória a etapas posteriores de escolarização (BRASIL, 2009, p. 1).

Esse movimento possibilitou a reflexão e promoção da melhoria do atendimento à primeira infância<sup>2</sup>, reafirmando a necessidade de saberes e práticas pedagógicas específicos e diferenciados. Mais recentemente, as novas diretrizes (BRASIL, 2010), reafirmaram a criança como

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (p. 12).

Do mesmo modo, as instituições de educação infantil devem ser entendidas como espaços de cuidado e educação, que garantam às crianças o “acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças” (BRASIL, 2010, p. 18).

Embora a desvalorização social e profissional ainda se faça presente quando se trata do cuidado e educação da criança pequena e, apesar de ainda se evidenciar certo descompasso entre a legislação vigente, o discurso educacional e a realidade a qual muitas crianças de 0 a 5 anos têm acesso nas instituições de educação infantil, é inegável o fortalecimento da identidade desta etapa da educação básica como um campo educacional singular, pautado na indissociabilidade entre o cuidado e a educação, com práticas pedagógicas diferenciadas, que têm como eixo norteador as interações e a brincadeira, e que valorizam a criança em seu modo de ser, agir e estar no mundo, em uma fase tão determinante, sensível e única da vida humana.

O presente texto trata do tema da educação a distância na esfera da educação infantil, tomando a problemática da suspensão das instituições escolares (e das creches e

---

<sup>2</sup>De acordo com a Lei nº 13.257 de 2016, considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança (BRASIL, 2016).

pré-escolas), por motivo de urgente necessidade de isolamento social pela pandemia de coronavírus. Objetiva apresentar e refletir, a partir desse cenário, sobre uma proposta desencadeada por um município do estado de São Paulo, por meio de sua Secretaria de Educação e sobre o uso de recursos tecnológicos na educação infantil.

## 2. Caminho metodológico

Este trabalho se apoia na abordagem qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994), por meio da explicação e descrição de dados e fatos da realidade a qual se pretende discutir, buscando-se, assim levantar questões pertinentes ao contexto atual da educação infantil, neste cenário inédito e inesperado. Trata-se de um relato de experiência tendo como foco a educação infantil pública abordando ações e propostas no âmbito de uma Secretaria Municipal de Educação de um município do interior do estado de São Paulo, tendo em vista a suspensão do atendimento presencial devido à pandemia do Covid-19.

Este relato de experiência busca descrever as ações e propostas pertencentes a um programa específico criado diante dessas circunstâncias, discutindo algumas possibilidades e limites, especificamente, na educação infantil (crianças de 0 a 5 anos). Para tal, evidencia-se o contexto atual – no Brasil e no mundo – de situação de emergência na saúde, apresentando brevemente algumas implicações na educação. Em seguida, discute-se a legalidade da adoção de práticas de educação a distância (ou remotas) para as crianças pequenas, fato até então não previsto na legislação educacional, assumindo a inadequação de tais proposições para essa faixa etária.

Finalmente, parte-se para a descrição das ações e propostas que dizem respeito ao Programa *Rio Preto Educ Ação*, criado em contexto de pandemia pela Covid-19, com o objetivo de apoiar a continuidade de práticas educativas junto às crianças, alunos e famílias da rede municipal, além da continuidade do trabalho dos professores. Partindo dessa descrição, buscou-se discutir e problematizar alguns aspectos dessa realidade, evidenciando os impasses, limites, dificuldades e também as possibilidades de trabalho e de utilização de recursos tecnológicos, assumindo-os como ferramentas potentes de apoio, comunicação, diálogo, parceria e estreitamento de vínculos entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo de educação e cuidado da infância.

## 3. Pandemia e educação: o contexto atual

Recentemente, o mundo vem passando por profundas transformações, devido à disseminação do novo coronavírus e da consequente Covid-19, doença que até a primeira semana do mês de maio de 2020, já havia infectado quase 4 milhões e causado a morte de aproximadamente 270 mil pessoas, 9 mil delas, no Brasil (JHU CSSE COVID-19 DASHBOARD, 2020). Essa situação trágica e atípica culminou no encadeamento de diversas ações da Organização Mundial da Saúde e dos governos (no Brasil, essencialmente estaduais e municipais), sendo o afastamento social a melhor forma de redução do contágio. Em

decorrência disso, as aulas presenciais foram suspensas e as escolas de todos os níveis e etapas de ensino foram fechadas.

No dia 28 de abril de 2020, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), um parecer com o objetivo de regulamentar as ações escolares durante o período de pandemia, de modo a buscar “alternativas para minimizar a necessidade de reposição presencial de dias letivos, a fim de permitir que seja mantido um fluxo de atividades escolares aos estudantes enquanto durar a situação de emergência”. De acordo com a nota, disponível no portal do Ministério da Educação, o Conselho “recomenda que as atividades sejam ofertadas, desde a educação infantil, para que as famílias e os estudantes não percam o contato com a escola e não tenham retrocessos no seu desenvolvimento” (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2020).

Antes da aprovação deste parecer, em 23 de março, a Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) dirigiu uma carta aberta ao presidente do Conselho Nacional de Educação, chamando a atenção para a inadequação de propostas de educação a distância para a educação infantil, uma vez que a “educação das crianças de até cinco anos e onze meses é de natureza essencialmente interacional, como reconhecido e afirmado nas normas postas pelo próprio CNE” (RNPI, 2020).

É preciso considerar que este Conselho conferiu atribuições diferenciadas à docência na Educação Infantil, que ao partilhar com as famílias a educação e os cuidados destinados às crianças de até cinco anos e onze meses, proporciona a meninos e meninas interações e brincadeiras por meio de ações mediadoras, que instigam a criatividade, provocam questões que ampliam a visão da criança, possibilitando formas de descoberta do mundo social e cultural em seu entorno. Esse processo de mediação cultural diferencia o brincar e as demais interações vivenciadas pelas crianças no contexto da instituição de Educação Infantil daquelas realizadas no contexto familiar (RNPI, 2020).

Com preocupação similar, em 20 de abril, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), publicou um manifesto contra a educação infantil à distância, reafirmando a especificidade das práticas pedagógicas com as crianças pequenas e reiterando a necessidade do estabelecimento de “planos de ação estratégicos que superem as ações desarticuladas e esporádicas”, uma vez que “não se pode estabelecer qualquer estratégia sem a escuta e a participação ativa dos e das profissionais da educação e das famílias” (ANPED, 2020).

#### **4. Educação infantil e educação a distância: uma problematização necessária**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96 regulamenta todas as etapas da educação nacional e especificamente sobre a educação infantil, na redação dada pela Lei 12.796 de 2013, essa a define como “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando à ação da família e da comunidade” (BRASIL, 2013).

Ao regulamentar o ensino fundamental, a referida lei estabelece que “será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou

em situações emergenciais” (BRASIL, 1996). Este trecho permite inferir que, para a educação infantil, a educação a distância não é regulamentada.

Primordialmente, destacamos a ilegalidade da proposta de implementação de atividades escolares remotas para crianças pequenas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) não prevê a utilização da EaD na Educação Infantil, nem em casos emergenciais, como faz para com o Ensino Fundamental. [...] Outrossim, os princípios que orientam o uso da EaD ou o uso de quaisquer dispositivos de ensino remoto implicam, entre outros, planejamento e gestão compartilhada, domínio, formação e autonomia dos sujeitos, acesso aos recursos disponíveis, acompanhamento e avaliação (ANPED, 2020).

Para além da ilegalidade, as “aulas” a distância destinadas aos bebês e crianças pequenas representam retrocessos em variados aspectos, pois demonstram-se inadequadas e incoerentes com as concepções ora assumidas por escolas e educadores da infância. Não obstante, é equivocado esperar que as famílias possuam as condições e os recursos necessários para dar continuidade ao complexo processo de educação formal, em casa, realidade que torna esse tipo de proposta potencialmente excludente, principalmente no contexto da escola pública e das comunidades mais pobres. Lembra-se ainda que a educação infantil tem por função as práticas indissociáveis de cuidar e de educar, compreendendo o brincar como eixo integrador dessas e do vínculo interacional entre pares e com os professores como natureza formativa.

Além disso, sabe-se que crianças pequenas pobres não tem acesso aos materiais tecnológicos e as crianças pequenas com mais condições econômicas são, por vezes, demasiadamente inseridas em redes tecnológicas, como celulares e tablets, como formas de distração e sem nenhuma ou adequada seletividade de conteúdo online. O brincar livre, a exploração de espaços externos e o contato com a natureza são profundamente abdicados, seja pelo isolamento e ausência da instituição de educação infantil decorrente da pandemia, seja pelo excedente de tempo nesses meios digitais. Para a criança pequena e pobre, resta um isolamento (ou confinamento) em carrinhos, andadores, cadeirões ou berços enquanto seus pais executam as tarefas domésticas ou trabalham em casa.

Outra problemática preocupante é como os profissionais da educação, especialmente professores, têm participado dessas proposições. Pesquisas recentes que ouviram professores (cf. PONTE, 2020; LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2020) de escolas públicas e privadas, constataram que, em muitas situações, estão sendo obrigados a gravar vídeos, produzir materiais e disponibilizá-los em redes sociais e/ou plataformas, de modo a contabilizar sua carga horária de trabalho. Comumente, devem alimentar páginas e grupos de pais no WhatsApp, disponibilizando materiais e conteúdos, de forma solitária e, muitas vezes, pouco reflexivas, o que demonstra desmedida desconexão entre os envolvidos no processo educativo (secretarias, gestores, equipe docente, famílias).

Esse momento delicado tem tensionado e colocado à prova as concepções até então defendidas de infância, de criança, de currículo e de educação infantil, ao passo em que se adotam práticas educativas não presenciais – por meios digitais, plataformas, aulas online, vídeoaulas, redes sociais, programas de tv, materiais didáticos digitais e/ou impressos – que desconsideraram quem são as crianças no Brasil e também suas famílias, bem como desconsideraram os próprios educadores da infância que, em muitas situações, se veem



obrigados a produzir e divulgar conteúdos, sob a lógica de transferir para casa (e para os pais) as atividades pedagógicas por eles desenvolvidas na escola.

Certamente, em um contexto social e educacional ainda tão desconhecido, é necessário refletir e problematizar propostas que incorporem os recursos tecnológicos e digitais como garantia de execução de um planejamento pedagógico realizado em circunstâncias absolutamente diversas do contexto atual, uma vez que o “cenário requer ampla discussão e proposição de políticas que não podem ser improvisadas ou reduzidas a meras atividades conteudistas mediadas pela tecnologia, sob uma máscara de inovação” (ANPED, 2020).

Não obstante as professoras suspeitem que as famílias de seus alunos já venham enfrentando privações por conta da pandemia, as secretarias municipais de educação seguem nutrindo expectativas irreais a respeito do prosseguimento do ano letivo em creches e pré-escolas. Ignoram o conhecimento das educadoras e as especificidades da educação infantil e multiplicam mecanismos para o controle do tempo e do trabalho docente. A razão para isso não é, evidentemente, pedagógica ou relacionada ao seu dever constitucional de proteger integralmente bebês e crianças (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2020).

Assim, não se pode perder de vista o que vinha sendo construído por educadores e pesquisadores que tem a primeira infância como foco. Antes de mais nada, é preciso assumir posturas que primem pela criança, que respeitem os direitos de ser e de viver as infâncias, em sua integralidade, e que busquem formas significativas de diálogo e vínculo com as famílias.

Para tal, exige-se refletir sobre as formas bastante peculiares de como as crianças, nesse momento de suas vidas, compreendem e vivenciam o mundo, constroem os conhecimentos, expressam-se, interagem e manifestam interesses, necessidades e curiosidades (BRASIL, 2009). Nesse sentido, ao considerar as características da infância, a diversidade das crianças e as desigualdades educacionais, sociais e econômicas as quais boa parte dos brasileiros estão submetidos – situação amplamente agravada pela pandemia e o isolamento social –, certamente existem questões mais urgentes e relevantes a serem debatidas do que o cumprimento de atividades remotas por bebês e crianças pequenas para reposição do calendário escolar.

## **5. Educação Infantil em tempos de pandemia e isolamento social: uma proposta, possibilidades e limites da utilização de recursos tecnológicos**

Tendo em vista o cenário atual e objetivando fortalecer os vínculos com as famílias das crianças que frequentam as escolas municipais, a Secretaria Municipal de Educação do município de São José do Rio Preto, cidade localizada no noroeste paulista, tem dado especial atenção às possibilidades que os recursos digitais e tecnológicos oferecem.

Especificamente na educação infantil, o município conta com 98 escolas municipais, além de 14 escolas parceiras/conveniadas, aproximadamente 1.200 docentes, atendendo cerca de 20 mil crianças entre 0 e 5 anos de idade (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2019). Com as escolas fechadas desde o dia 23 de março de 2020, as crianças que antes chegavam a passar até 10 horas diárias na educação infantil estão agora em casa, privadas do convívio social e

do acesso a outros ambientes como as ruas de casa, as praças, os parques públicos, os clubes, e até mesmo a casa de familiares.

Sendo papel social da escola, em parceria com as famílias, trabalhar pela aprendizagem e desenvolvimento das crianças, a SME, por meio da Resolução 04/2020, lançou o programa denominado Rio Preto Educ Ação, que tem por objetivo apoiar a continuidade do percurso de estudos de estudantes e docentes no período de isolamento social (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2020a). Dentre outras ações, o programa possibilitou a construção de páginas oficiais de comunicação e divulgação de informações da SME, como Facebook e canal do Youtube, além do site Educação Digital ([digital.educacao.riopreto.br](http://digital.educacao.riopreto.br)), que já era anteriormente utilizado pelos profissionais da educação, sendo adaptado para a disponibilização de informativos e materiais aos pais e alunos.

Por meio do programa, no mês de abril de 2020, foram disponibilizados materiais para todos os níveis da educação municipal, tendo sido ampliados e adaptados materiais produzidos pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Do mesmo modo, foram encaminhados aos gestores e professores roteiros de estudos para o cumprimento em regime de teletrabalho, sob a orientação dos gestores de cada unidade escolar.

Este movimento evidenciou impasses, limites e dificuldades na inclusão e escuta de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo (SME, gestores, professores, outros profissionais da escola, crianças, famílias e comunidade). Infelizmente, neste aspecto, apesar da utilização de diversos recursos tecnológicos – desde grupos de WhatsApp até os canais oficiais – a escuta aos envolvidos acabou não sendo efetiva, levando em conta o tamanho do sistema municipal, a urgência da ação dada o processo de isolamento e suspensão das escolas e a diversidade que o compõe. Um grande desafio a enfrentar.

Já no mês de maio de 2020, por meio da gerência de capacitação e equipe de formadores da educação infantil e ensino fundamental, foram construídos materiais autorais, visando trazer a especificidade do município, bem como aproximar as concepções de trabalho dos profissionais da rede. Para a educação infantil, o documento intitulado “Brincadeiras e interações: um convite às famílias e crianças para brincarem juntas” (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2020b), teve como objetivo fortalecer vínculos com as famílias, bebês e crianças pequenas, assumindo concepções de infância, criança e currículo de educação infantil, e enfatizando a necessidade de parceria entre educadores, escolas e famílias, de modo a possibilitar experiências significativas para as crianças nesse período, sem desconsiderar sua peculiaridade.

Diferentemente do mês de abril, este material divulgado em maio foi apresentado e discutido com os coordenadores pedagógicos antes de sua publicação, por meio de reuniões realizadas via plataforma Google Meet sendo, posteriormente, compartilhado pelos gestores com os professores de seu grupo.

Foi objeto de preocupação a busca por atender à diversidade cultural, social e econômica que compõe o público das escolas municipais, oferecendo às famílias subsídios para pensarem sobre o desenvolvimento e a aprendizagem dos bebês e crianças pequenas e zelando pela não desconfiguração da identidade de uma educação comprometida com a infância, sem o objetivo de “reproduzir” o ambiente escolar em casa.



Desse modo, o material buscou incentivar o reconhecimento da infância como tempo único de desenvolvimento, no qual a aprendizagem se dá nas interações e brincadeiras as quais as crianças têm acesso, assumindo a legitimidade de uma educação que valoriza e prioriza os modos de ser, agir e aprender dos bebês e crianças pequenas. Para tal, o documento foi escrito com base em um diálogo direto com os pais e familiares das crianças, fornecendo dicas, ideias e sugestões de brinquedos, brincadeiras, interações e propostas que podem contribuir com a construção de um cotidiano rico e significativo para as crianças, enquanto perdurarem as medidas de isolamento social.

Este movimento reforça a importância de firmar a educação infantil como primeira e importante etapa da educação básica, ao passo em que, por meio dos materiais disponibilizados aos pais e familiares, se assume o caráter único e diferenciado das experiências as quais as crianças da primeira infância têm acesso na escola, de modo intencional e planejado.

Cabe citar que, para educação infantil, tanto no mês de abril como no de maio, não foi solicitado aos pais o envio de nenhum tipo de registro (escrito, fotográfico ou vídeo), de atividade feita pelas crianças ou de feedback sobre se e como o material foi por eles utilizado. Do mesmo modo, os roteiros de estudo dos professores objetivaram incentivar e possibilitar que os docentes revisem e ampliem seus saberes, com base em documentos norteadores, e possam refletir sobre suas práticas. Foi proposto, também, que ao final de cada mês, os professores encaminhem aos gestores um relatório sobre seus estudos.

Em nenhum nível foi solicitado que professores alimentassem páginas ou criassem grupos para comunicação direta com pais/famílias, embora tenha sido visível que muitos, por conta própria, optaram por fazê-lo. Os materiais produzidos para todas as etapas de ensino foram disponibilizados nas plataformas digitais e páginas oficiais da SME, além de terem sido enviados via e-mail e disponibilizadas cópias impressas em todas as unidades escolares, de modo a atender às famílias que não dispõem de recursos para acessá-los por meio digitais.

Esse processo inédito para o município em questão e ainda bastante desconhecido pelas secretarias, educadores, gestores, crianças, famílias vem ao encontro da ideia de utilização das mídias e recursos digitais como ferramentas de apoio ao processo educacional e de aprendizagem, por meio de uma diversidade de recursos e possibilidades. Especificamente para a educação infantil, já foi discutido a inadequação de práticas como aulas virtuais ou vídeoaulas, mas uma variedade de recursos tecnológicos pode ser amplamente utilizada nesse momento, como formas de fortalecimento de vínculos, veiculação de informações, ampliação de comunicação e diálogo com todos os sujeitos envolvidos no processo educacional.

Fica evidente que muitos aspectos ainda precisam ser considerados e amplamente debatidos, que é necessária maior articulação e diálogo com os docentes e gestores, buscando estratégias eficientes e significativas de escuta e colaboração, ampliação de ações coletivas e das formas de comunicação e interação, buscando superar os enormes obstáculos que este momento impõe. Do mesmo modo, é preciso manter um movimento crítico a respeito da realidade das crianças e suas famílias, que tiveram suas vidas e rotinas absolutamente afetadas pela atual situação e que podem ser facilmente negligenciadas e excluídas por meio de ações e proposições pouco críticas e reflexivas.



## 6. Os desafios estão postos, para onde vamos?

Os recursos tecnológicos e digitais possibilitam produção e grande divulgação de conteúdos, e na educação infantil não tem sido diferente. O cenário de pandemia incentivou aumento exponencial na utilização de tecnologias digitais de comunicação e diversas mídias. É comum encontrar na internet propostas de atividades para as crianças pequenas que, muitas vezes, compreendem pintar desenhos, ligar pontos, fazer recortes e colagens descontextualizadas, treinar traçados de letras, ou ainda vídeos que incentivam as crianças a recitarem números e letras do alfabeto, etc. Entretanto, essas propostas vão na contramão da identidade construída pela educação infantil nas últimas décadas, assim como nega as formas de viver e aprender da primeira infância, fato especialmente grave ao se considerar as crianças menores (0 a 3 anos).

Se na escola deve-se trabalhar com a premissa das brincadeiras e interações como eixos estruturantes para a construção de práticas pedagógicas qualificadas, por que em outros contextos, isso passaria a ser desconsiderado? Se na escola propor situações nas quais as crianças apresentam papéis passivos – ficando sentadas, presas ao lápis e ao papel ou em atividades instrucionais e repetitivas, por exemplo – é equivocado, por que fora dela essas práticas ganhariam validade? Essas e outras inúmeras questões se fazem pertinentes neste contexto novo, e desconfortável, para todos.

Na educação infantil, tem-se como ponto de partida um currículo constituído por todas as vivências e experiências que compõem o cotidiano. Outro cotidiano, também bastante rico, é vivido pelas crianças em suas casas, com seus familiares, e mais do nunca, isso precisa ser considerado e valorizado.

No momento atual, orientar famílias a desenvolverem com seus filhos atividades e propostas que negam e desconsideram o trabalho que é feito na educação infantil, não se mostra como um caminho coerente e muito menos, qualificado. Assim, é preciso romper com visões instrucionistas e preparatórias de educação das crianças pequenas, e não se curvar diante de tensões e retrocessos que sempre espreitaram a porta do processo de construção da educação da infância no Brasil, buscando ampliar os meios de diálogo e a articulação com todos aqueles que compõem a realidade educacional e de atendimento à infância, e neste sentido os recursos tecnológicos são grandes aliados.

Os recursos digitais e tecnológicos podem e devem contribuir para minimizar os efeitos do afastamento social, como ferramentas potentes no encaminhamento do trabalho de secretarias, gestores e professores, bem como possibilidade de fortalecimento de vínculos e ampliação da comunicação entre estes e também com as crianças, famílias e comunidade, lançando mão de estratégias diversas, de modo que sejam significativas e não excludentes.

O que se tem visto nos últimos meses sobre a educação da infância reforça a necessidade de que educadores e pesquisadores se mantenham atentos e reflexivos ao que é, muitas vezes, imposto, tendo clareza de quão suscetível para retrocessos a educação dos bebês e crianças pequenas ainda se encontra. Em um momento tão delicado, é imprescindível defender a primeira infância de práticas adultocêntricas, escolarizantes e

preparatórias, viabilizando que elas tenham seus direitos humanos e educacionais garantidos, mesmo em situações tão inesperadas e urgentes no quesito da saúde.

## 7. Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd). Manifesto ANPEd: Educação a Distância na Educação Infantil, não! **Site da ANPEd**, 20 de abril de 2020. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/manifesto-anped-educacao-distancia-na-educacao-infantil-nao>>. Acesso em: 08 maio 2020.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 1/1999. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1999.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 305 p.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069**, de 13 de junho de 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 12.796**, de 4 de abril de 2013. Brasília: Planalto Central, 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.257**, de 8 de março de 2016. Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB nº 20, de 11 de novembro de 2009. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2009.

CORREIA, Bianca. CÁSSIO, Fernando. Sem proteger crianças no isolamento, governos brincam de faz-de-conta. **Ponte**, 22 de abril de 2020. Disponível em:



<<https://ponte.org/artigo-sem-protger-criancas-no-isolamento-governos-brincam-de-faz-de-conta/>>. Acesso em: 08 maio 2020.

ESTRELA, Bianca. LIMA, Larissa. Ministério da Educação (MEC). CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia. **Portal da Educação**, 28 de abril de 2020. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=89051](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=89051)>. Acesso em: 08 maio 2020.

GUIMARÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 81-142, set./dez. 2017.

KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.14, p. 5-18, 2000.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.33, p. 78-95, 2009.

CORDEIRO, Miriam Izabel Albernaz. Carta aberta da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) dirigida ao presidente do Conselho Nacional de Educação. **Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI)**, 23 de março de 2020. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Carta-Aberta-ao-CNE.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Projeto educativo e plano de trabalho**. São José do Rio Preto, 2019.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Resolução SME n. 04/2020**, regulamenta o Programa Rio Preto Educ Ação. São José do Rio Preto, 2020a.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Secretaria Municipal de Educação. **Brincadeiras e interações**: um convite às famílias e crianças para brincarem juntas. São José do Rio Preto, 2020b, 30 f.

SOUSA, Andreia L. Harada. Da tela pra cá é diferente: Trabalho docente e ensino a distância nas escolas privadas. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 4 de maio de 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/trabalho-docente-e-ensino-a-distancia-nas-escolas-privadas/?fbclid=IwAR0SxeIFgr7K10dNOJvleA0TO7jmlJJ8JAoiSItSB9txYaxl4zY7fjN63pU>>. Acesso em: 08 maio 2020.

THE CENTER FOR SYSTEMS SCIENCE AND ENGINEERING (CSSE); JOHNS HOPKINS UNIVERSITY (JHU). COVID-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University (JHU). **JHU CSSE Covid-19 Dashboard**, 08 de maio de 2020. Disponível em: <<https://gisanddata.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>>. Acesso em: 08 maio 2020.